



AVISO n.º POCH-67-2020-08

TIPOLOGIA DE OPERAÇÃO

**FORMAÇÃO CONTÍNUA DE DOCENTES E OUTROS AGENTES DE EDUCAÇÃO E
FORMAÇÃO**

**NOTA METODOLÓGICA PARA AVALIAÇÃO DA GRELHA ANÁLISE E
SELEÇÃO DE CANDIDATURAS**

1ª Revisão de 21_12_2020: revisão na descrição do critério 8.2. Alteração assinalada a sombreado.

Cofinanciado por:



I - Fixação dos limiares nas escalas baseadas em indicadores quantitativos.

Em regra, a fixação dos limiares das escalas de pontuação, nos casos em que está subjacente um indicador quantitativo, tem como base o seguinte princípio: o nível **elevado** corresponde a um histórico de superação de uma minoria das entidades; o nível **bom** e o nível **médio** correspondem a um histórico da maioria das entidades; o nível **baixo** corresponde a um histórico de não superação por um mínimo das entidades.

II – Pontuação dos critérios de seriação.

Nível de certificação (taxa de conclusão, qualidade e nível de inovação técnico-pedagógica, aferida pela coerência da estruturação do plano de formação face ao público-alvo, às metodologias, duração, modalidades da formação e aos produtos finais previstos).

Taxa de conclusão das formações da entidade beneficiária (histórico dos dois últimos anos).

O resultado do indicador para cada entidade formadora é apurado pela Direção-Geral da Administração Escolar (DGAE) com base nos dados inseridos na aplicação da formação contínua, do Sistema Interativo de Gestão dos Recursos Humanos da Educação (SIGRHE). Para o efeito, do número total dos formandos de 2018/2019 de cada entidade, é calculada a percentagem correspondente ao número de formandos que concluiu a formação, atribuindo-se a seguinte pontuação:

Elevado: $\geq 95\%$ - 10 pontos.

Bom: de 85% a 94% - 8 pontos.

Médio: de 65% a 84% - 6 pontos.

Baixo: $<65\%$ - 3 pontos.

Na avaliação do subcritério 1.1 releva o parecer da DGAE emitido com base na informação constante na aplicação do SIGRHE¹.

¹ No caso da candidatura submetida pela DGAE, releva a análise e o parecer do POCH, emitido com base no comprovativo da informação que consta na aplicação do SIGRHE.

2. Relevância da formação proposta face às necessidades institucionais, regionais e nacionais, avaliada nomeadamente pelo número potencial de docentes e outros agentes de educação e formação a abranger.

a) Critério aplicável aos CFAE

2.1 Grau de cobertura das ações de formação considerando o universo de docentes e outros agentes de educação e formação ao serviço de escolas da área de influência de cada CFAE no último ano letivo com dados disponíveis (aplicável às candidaturas dos CFAE)

Elevado: $\geq 75\%$ dos docentes ou outros agentes de educação abrangidos em formação - 15 pontos.

Bom: $\geq 65\%$ e $< 75\%$ dos docentes ou outros agentes de educação abrangidos em formação - 12 pontos.

Médio: $\geq 50\%$ e $< 65\%$ dos docentes ou outros agentes de educação abrangidos em formação - 8 pontos.

Baixo: $< 50\%$ dos docentes ou outros agentes de educação abrangidos em formação - 5 pontos.

Na análise do subcritério 2.1 releva o parecer da DGAE emitido com base na informação remetida pela entidade beneficiária.

b) Critério aplicável às outras entidades beneficiárias, que não os CFAE

2.2 Nível de alinhamento da formação com as competências dos organismos envolvidos

Elevado: a formação está completamente alinhada com as competências da entidade - 15 pontos.

Bom: a formação está maioritariamente alinhada com as competências da entidade – 12 pontos.

Médio: a formação está razoavelmente alinhada com as competências da entidade – 8 pontos.

Baixo: a formação está pouco ou nada alinhada com as competências da entidade – 5 pontos.

Na avaliação do subcritério 2.1 releva o parecer da DGAE emitido com base na informação remetida pela entidade beneficiária (justificação máxima 1 página A4)².

3. Qualidade e diversidade de parcerias ou protocolos com instituições, empresas ou outros agentes a nível regional, nacional e internacional, com incidência na organização e desenvolvimento dos cursos e respetiva componente de formação em contexto de trabalho.

Qualidade e diversidade de parcerias ou protocolos.

Na análise deste parâmetro devem ser valorizadas a qualidade e a diversidade das parcerias ou protocolos existentes, garantindo a organização, o desenvolvimento, o acompanhamento e a avaliação da formação:

Elevado: verifica-se a existência de protocolos/parcerias no âmbito da Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2020 de 21 de abril, formalmente constituídos com entidades especializadas na formação de docentes e outros agentes de educação e formação – especificamente instituições do ensino superior (IES) – e com outros parceiros/entidades acreditados para esse efeito (e.g. associações profissionais), incidindo na organização e desenvolvimento da formação e no seu acompanhamento e avaliação (após a conclusão da formação) – 10 pontos.

Bom: verifica-se a existência de protocolos/parcerias formalmente constituídos com entidades especializadas na formação de docentes e outros agentes de educação e formação – especificamente IES – e com outros parceiros/entidades acreditados para esse efeito (e.g. associações profissionais), incidindo na organização e desenvolvimento da formação ou no seu acompanhamento e avaliação (após a conclusão da formação) - 8 pontos.

Médio: verifica-se a existência de protocolos/parcerias não formalmente constituídas com entidades especializadas na formação de docentes e outros agentes de educação e formação – especificamente IES – e com outros parceiros/entidades acreditados para esse efeito (e.g. associações profissionais), incidindo na organização e desenvolvimento da

² No caso da candidatura submetida pela DGAE, releva a análise e o parecer do POCH, emitido com base na informação remetida pela entidade beneficiária

formação ou no seu acompanhamento e avaliação (após a conclusão da formação) - 6 pontos.

Baixo: verifica-se a existência de protocolos/parcerias não formalmente constituídas com IES na formação de docentes e outros agentes de educação e formação, incidindo na organização e desenvolvimento da formação ou no seu acompanhamento e avaliação (após a conclusão da formação) - 3 pontos.

Na avaliação do critério 3 releva o parecer da DGAE emitido com base nos protocolos/parcerias identificados pelas entidades beneficiárias (os protocolos/parcerias podem ser de natureza formal/não formal, sendo que para o efeito se deve anexar 1 exemplar de protocolo por cada tipo)³.

4. Evidência de diagnóstico de necessidades e grau de alinhamento com as prioridades nacionais da Estratégia de Especialização Inteligente e da Agenda Portugal Digital.

Evidência do diagnóstico de necessidades de formação.

Na análise deste parâmetro deve ser valorizado o alinhamento da formação proposta em candidatura com as prioridades identificadas no diagnóstico de necessidades:

Elevado: a entidade beneficiária comprova o alinhamento da formação proposta com todas as prioridades identificadas, a partir do diagnóstico de necessidades - 10 pontos.

Bom: a entidade beneficiária comprova o alinhamento da formação proposta com a maioria das prioridades identificadas, a partir do diagnóstico de necessidades - 8 pontos.

Médio: a entidade beneficiária comprova o alinhamento da formação proposta com algumas das prioridades identificadas, a partir do diagnóstico de necessidades - 6 pontos.

Baixo: a entidade beneficiária não comprova o alinhamento da formação proposta com as prioridades identificadas - 3 pontos.

Na avaliação do critério 4 releva o parecer da DGAE emitido com base nos planos de formação remetidos pelas entidades beneficiárias⁴.

³ No caso da candidatura submetida pela DGAE, releva a análise e o parecer do POCH.

⁴ No caso da candidatura submetida pela DGAE, releva a análise e o parecer do POCH.

5. Existência de mecanismos de acompanhamento durante e após a conclusão da formação, nomeadamente na implementação prática de um projeto/instrumento em diferentes contextos de aprendizagem (presencial, *e-learning* ou *b-learning*).

Existência de mecanismos de acompanhamento, durante e após a conclusão da formação, num ou vários contextos de aprendizagem (presencial, *e-learning* ou *b-learning*).

Na análise deste parâmetro deve ser valorizada a existência de mecanismos de acompanhamento, durante e após a formação.

Elevado: está comprovado existirem instrumentos/mecanismos de acompanhamento dos formandos durante e após a conclusão da formação, com carácter obrigatório/sistemático no caso da implementação da operação - 10 pontos

Bom: está comprovado existirem instrumentos/mecanismos de acompanhamento dos formandos com carácter obrigatório/sistemático, durante a formação – 8 pontos

Médio: está comprovado existirem alguns instrumentos/mecanismos de acompanhamento dos formandos, em regime presencial ou a distância, durante e após a formação - 6 pontos

Baixo: não está comprovado existirem instrumentos/mecanismos de acompanhamento dos formandos, em regime presencial ou a distância, durante e após a formação - 3 pontos

Na avaliação do critério 5 releva o parecer da DGAE emitido com base na informação remetida pelas entidades beneficiárias, designadamente em modelos de instrumentos de acompanhamento durante e após a formação⁵. Nos mecanismos de acompanhamento após a conclusão deve ser considerado o relatório do formador (apresentação da estrutura).

6. Grau de eficiência pedagógica e de gestão administrativo-financeira da entidade.

Grau de eficiência pedagógica, medido pela percentagem de formandos envolvidos em ações de formação de docentes ou outros agentes de educação e formação que obtiveram uma avaliação igual ou superior a Muito Bom (ou equivalente)

⁵ No caso da candidatura submetida pela DGAE, releva a análise e o parecer do POCH.

Este parâmetro é avaliado com base no número de formandos que concluiu a formação com uma avaliação igual ou superior a Muito Bom, no ano de 2018-2019.

Elevado: $\geq 85\%$ - 10 pontos

Bom: $\geq 70\%$ a $< 85\%$ - 8 pontos

Médio: $\geq 55\%$ a $< 70\%$ - 6 pontos

Baixo: $< 55\%$ - 3 pontos

Na avaliação do critério 6 releva o parecer da DGAE emitido com base na informação constante na aplicação do SIGRHE⁶.

7. Adequação do esforço de financiamento ao impacto esperado em resultado.

7.1 Participantes que concluíram ações de formação contínua de docentes e outros agentes de educação.

Elevado: $\geq 90\%$ - 10 pontos

Bom: $\geq 85\%$ e $< 90\%$ - 8 pontos

Médio: $\geq 80\%$ e $< 85\%$ - 6 pontos

Baixo: $< 80\%$ - 3 pontos

7.2 Formandos que declaram no final que a formação contribuiu positivamente para a sua atividade profissional

Elevado: $\geq 80\%$ - 10 pontos

Bom: $\geq 75\%$ e $< 80\%$ - 8 pontos

Médio: $\geq 70\%$ e $< 75\%$ - 6 pontos

Baixo: $< 70\%$ - 3 pontos

Será avaliado o compromisso assumido por cada entidade beneficiária, como contributo para alcançar os indicadores de resultado fixados para a operação.

⁶ No caso da candidatura submetida pela DGAE, releva a análise e o parecer do POCH, emitido com base no comprovativo da informação que consta na aplicação do SIGRHE.

8. Capacidade, qualidade e adequação dos recursos humanos, infraestruturas educativas, equipamentos e recursos didáticos.

8.1 Qualificação e experiência dos formadores que dinamizam as ações.

A apreciação e valoração deste critério serão realizadas em função da avaliação dos formadores, realizada pelos formandos, no ano escolar de 2018-2019.

Elevado: $\geq 70\%$ dos formadores obtiveram, avaliações iguais ou superiores a Muito Bom - 5 pontos.

Bom: $\geq 50\%$ e $< 70\%$ dos formadores obtiveram, avaliações iguais ou superiores a Muito Bom - 4 pontos.

Médio: $\geq 40\%$ e $< 50\%$ dos formadores obtiveram, avaliações iguais ou superiores a Muito Bom - 3 pontos.

Baixo: $< 40\%$ dos formadores obtiveram, avaliações iguais ou superiores a Muito Bom - 1 ponto.

Na avaliação do critério 8.1 releva o parecer da DGAE emitido com base na informação de documento emitido pela Comissão Pedagógica, a partir dos questionários de satisfação preenchidos pelos formandos que realizaram formação em 2018-2019.

8.2 Adequação das infraestruturas educativas, equipamentos e recursos didáticos.

A apreciação e valoração deste critério serão realizadas em função da adequação das instalações em que decorre a formação, bem como dos equipamentos e recursos didáticos disponibilizados.

Elevado: $\geq 90\%$ dos formandos reconhecem a adequação das infraestruturas educativas, equipamentos e recursos didáticos - 5 pontos.

Bom: $\geq 75\%$ a $< 90\%$ dos formandos reconhecem a adequação das infraestruturas educativas, equipamentos e recursos didáticos - 4 pontos.

Médio: $\geq 50\%$ a $< 75\%$ dos formandos reconhecem a adequação das infraestruturas educativas, equipamentos e recursos didáticos - 3 pontos.

Baixo: <50% dos formandos reconhecem a adequação das infraestruturas educativas, equipamentos e recursos didáticos - 1 ponto.

Na avaliação do critério 8.2 releva o parecer da DGAE emitido com base na informação de documento emitido pela Comissão Pedagógica, a partir dos questionários de satisfação preenchidos pelos formandos que realizaram formação **nos anos letivos mais recentes**.

9. Contributo dos projetos para a igualdade de oportunidades e de género no acesso ao ensino e à formação

A escala de apreciação é aplicada com base no preenchimento do modelo de check-list “Avaliação da Integração da Perspetiva da Igualdade entre Homens e Mulheres e Igualdade de Oportunidades e da não discriminação” (em anexo), enquanto princípio transversal aos fundos europeus.

A referida *checklist* está disponível em apenso ao AAC e deve ser anexada ao separador “Outros documentos” do formulário de candidatura, preenchendo o beneficiário somente a parte que lhe é destinada. A pontuação terá em conta apenas os critérios aplicáveis à entidade beneficiária, de acordo com a seguinte metodologia de cálculo: $SIM/(SIM+NÃO)*100$.

Promoção da Igualdade entre Homens e Mulheres e da Igualdade de Oportunidades

Elevado: Responde positivamente a $\geq 75\%$ das questões aplicáveis da checklist - 5 pontos.

Bom: Responde positivamente a $\geq 65\%$ e $< 75\%$ das questões aplicáveis da checklist = 4 pontos.

Médio: Responde positivamente a $\geq 50\%$ e $< 65\%$ das questões aplicáveis da checklist - 3 pontos.

Baixo: Responde positivamente a $< 50\%$ das questões aplicáveis da checklist - 1 ponto.

Na avaliação do critério 9 releva o parecer da DGAE emitido com base na informação remetida pela entidade beneficiária na check list em anexo⁷.

⁷ No caso da candidatura submetida pela DGAE, releva a análise e o parecer do POCH, emitido com base no preenchimento da check list.

ANEXO I - MODELO DE CHECK-LIST PARA VERIFICAÇÃO DA AVALIAÇÃO DA INTEGRAÇÃO DA PERSPETIVA DA IGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES E DA NÃO DISCRIMINAÇÃO

Avaliação da Integração da Perspetiva da Igualdade entre Homens e Mulheres e Igualdade de Oportunidades e da não discriminação, em operações cofinanciadas

Identificação da Operação e do Beneficiário

Entidade beneficiária:	NIF, acrónimo e/ou nome da entidade beneficiária
Nº da Candidatura (Código Universal):	XXXXXX(PO) - 99(Eixo) - 99999(PI/TI) - FUNDO (FEDER, FC, FSE, FEADER, FEAMP) - 999999 (nº sequencial dentro do PO e da TI)
Título da operação	
Tipologia de operação	Número da TO
Concurso (Aviso):	XXXXXX (PO) - 99(TI) - 9999(ANO) - 99(sequência no PO/Ano)
Data de submissão da candidatura:	dd-mm-aaaa
Data de início da operação:	dd-mm-aaaa
Data de aprovação da operação:	dd-mm-aaaa
	Data de fim da operação: dd-mm-aaaa

Igualdade entre Homens e Mulheres e Igualdade de Oportunidades e da não discriminação

Regulamento (UE) n.º 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Dezembro
Regulamento (UE) n.º 1304/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Dezembro

Outra legislação aplicável: Em anexo outra legislação nacional relevante no domínio da igualdade entre homens e mulheres e igualdade de oportunidades e da não discriminação

Questão a verificar <i>A operação é abrangida:</i>	A preencher pelos beneficiários			A preencher pelas AG		
	S	N	NA	Evidência documental (em anexo)	Verificação pela AG	Observações
<i>Avaliação Global</i>						
A Operação teve em conta as prioridades nacionais e/ou Europeias em matéria de igualdade de género?						
A organização dispõe de indicadores numéricos e qualitativos desagregados por sexo?						
<i>Igualdade no acesso ao emprego, no trabalho e na formação profissional</i>						
Foram previstas ações destinadas a reforçar a perspetiva de género na organização, isto é, foi promovida uma gestão igualitária e não discriminatória dos recursos humanos?						
A Operação promoveu a igualdade salarial entre mulheres e homens?						
Foram estabelecidos mecanismos e estratégias para aumentar a proporção do sexo sub-representado nos processos de decisão?						
Foi utilizada linguagem não-sexista e inclusiva na comunicação interna e externa?						
<i>Promoção da conciliação da vida profissional e familiar</i>						
Foram previstas ações destinadas a facilitar a conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal?						
Foram desenvolvidas ações de apoio a uma parentalidade responsável, em conformidade e respeito pelas diferentes formas de organização familiar?						
<i>Prevenção de práticas discriminatórias</i>						
Foram adotadas orientações e/ou procedimentos que promovam a utilização de linguagem não sexista e inclusiva na comunicação interna e externa?						
Foram desenvolvidas medidas de prevenção a situações de assédio, nomeadamente comportamentos indesejados com o objetivo de perturbar ou constranger a pessoa, afetar a sua dignidade ou de lhe criar um ambiente intimidativo, hostil, degradante, humilhante ou desestabilizador?						



Cofinanciado por:



União Europeia
Fundo Social Europeu